

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce sua principal atividade através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de sua controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”), indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

A Administração considera que a concretização de operação estratégica resultou na recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

A venda de ativos que não afetam diretamente a operação principal da Companhia, permanecem em entendimentos.

Na análise da geração de caixa medida pelo Ebitda, os valores positivos apresentados são R\$36.051 em 2019 e R\$62.313 em 2018 consolidado.

Avançam os trabalhos de alongamento da dívida de curto prazo, cujo resultado já é percebido no ano de 2019 e 2018.

A Administração considera que a concretização de operações estratégicas no decorrer de 2019 e 2018 resultaram não só em recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

---

## Reclassificação de contas patrimoniais para melhor apresentação

Valores incluídos no balanço patrimonial datado de 31 de dezembro de 2018, demonstração de resultados findo em 31 de dezembro de 2018 e demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de setembro de 2018, aqui apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, conforme demonstrado a seguir:

### Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Balanço patrimonial reclassificado	Reclas-sificação	Balanço patrimonial 2018	Balanço patrimonial reclassificado	Reclas-sificação	Balanço patrimonial 2018
Ativo circulante	196.852	5.746	191.106	318.104	9.303	308.801
Caixa e equivalentes de caixa	8.919	5.746	3.173	13.750	9.303	4.447
Total do ativo	548.719	5.746	542.973	709.517	9.303	700.214
Passivo circulante	225.745	5.746	219.999	306.287	9.303	296.984
Cessão de recebíveis	47.454	5.746	41.708	89.726	9.303	80.423
Total do passivo	548.719	5.746	542.973	709.517	9.303	700.214

### Demonstração de Resultado

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do resultado reclassificado	Reclas-sificação	Demonstração do resultado 2018	Demonstração do resultado reclassificado	Reclas-sificação	Demonstração do resultado 2018
Receita líquida de vendas	381.924	-	381.924	649.693	-	649.693
Custo dos produtos vendidos	(322.639)	-	(322.639)	(571.703)	-	(571.703)
Custo da ociosidade	-	1.580	(1.580)	-	3.396	(3.396)
<b>Lucro bruto</b>	<b>59.285</b>	<b>1.580</b>	<b>57.705</b>	<b>77.990</b>	<b>3.396</b>	<b>74.594</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Comerciais	(23.796)	-	(23.796)	(44.287)	-	(44.287)
Gerais e administrativas	(18.549)	-	(18.549)	(25.816)	-	(25.816)
Remuneração dos administradores	(1.675)	-	(1.675)	(3.388)	-	(3.388)
Outras receitas (despesas) líquidas	57.765	(1.580)	59.345	58.611	(3.396)	62.007
Equivalência patrimonial	(16.583)	-	(16.583)	-	-	-
<b>Lucro operacional</b>	<b>56.447</b>	<b>-</b>	<b>56.447</b>	<b>63.110</b>	<b>-</b>	<b>63.110</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	Fluxo de caixa reclassificado	Reclas-sificação	Acumulado do Exercício Anterior 31/12/2018	Fluxo de caixa reclassificado	Reclas-sificação	Acumulado do Exercício Anterior 31/12/2018
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<b>(26.713)</b>	<b>-</b>	<b>(26.713)</b>	<b>(37.225)</b>	<b>-</b>	<b>(37.225)</b>
Fluxo de caixa de atividades de investimento	8.963	-	8.963	3.600	-	<b>3.600</b>
Caixa líquido atividades de financiamento	22.674	5.746	16.928	41.468	9.303	32.165
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.924</b>	<b>5.746</b>	<b>(822)</b>	<b>7.843</b>	<b>9.303</b>	<b>(1.460)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.515	-	5.515	7.563	-	7.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.439	5.746	4.693	15.406	9.303	6.103
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.924</b>	<b>5.746</b>	<b>(822)</b>	<b>7.843</b>	<b>9.303</b>	<b>(1.460)</b>

## 2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

## 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

<b>Razão social</b>	<b>País sede</b>	<b>Participação (%)</b>	
		<b>Total</b>	<b>Votante</b>
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44	99,99
Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda	Brasil	99,00	99,00
AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda	Brasil	98,00	98,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

## **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

## **2.5. Caixa e equivalentes de caixa**

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

## **2.6. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

## **2.7. Ativos financeiros**

### **2.7.1. Classificação**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

---

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

### **2.7.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

### **2.7.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

---

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

## **2.8. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

### **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

---

## **Empréstimos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

### **2.9. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

### **2.10. Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

### **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

---



O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

## **2.12. Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 15.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

## **2.13. Propriedade para investimento**

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel

---

(calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

## **2.14. Ativos intangíveis**

### **(i) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

### **(ii) Marcas e patentes**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

### **(iii) Softwares**

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

## **2.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo.

---

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

## **2.16. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.17. Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

---

## **2.18. Destinação do lucro**

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

## **2.19. Informações por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

## **2.20. Demonstração do Valor Adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

## **2.21. Principais mudanças nas políticas contábeis**

### **Adoção inicial do CPC 06 R2 (IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil)**

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) / IFRS 16, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em dezembro de 2017, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

---

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A Companhia e sua controlada optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- A mensuração do passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, líquidos de créditos de PIS e COFINS, descontado a partir de taxa média de juros incrementais de empréstimos, para todos os ativos, e prazo contratual;
- A mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial foi ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

### **ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento tributário passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. Essa Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

---

## **2.22. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e sua controlada não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (Referência à norma “CPC 15/IFRS 3”).
- Definição de materialidade (Referência às normas “CPC 26/IAS 1” e “CPC 23/IAS 8”).

## **3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

### **(a) Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade

---

de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 05 anos.

#### **(b) Provisões para riscos**

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 19, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

#### **(c) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

---

#### **(d) *Going-concern***

A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não identificou nenhum indicador que colocasse em risco a capacidade de operação. Diante disto, a Administração preparou as demonstrações financeiras utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

#### **(e) *Impairment***

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A Administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Na data do balanço, não há evidências identificadas de deterioração de ativos e os critérios estão mencionadas na Nota 15.

### **4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**

#### **(a) Política de gestão de riscos financeiros**

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

#### **(b) Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

#### **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

---



Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

### **(c) Risco de mercado**

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

#### **(i) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

#### **(ii) Risco de taxa de câmbio**

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Em dólares americanos (US\$ mil)</b>		<b>Em dólares americanos (US\$ mil)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(2.296)	(1.533)	(2.296)	(2.042)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(215)	(242)	(625)	(434)
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	1.004	1.152	2.652	2.182
Depósitos em dólar (US\$ mil)	306	22	688	30
<b>Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)</b>	<b>(1.201)</b>	<b>(601)</b>	<b>419</b>	<b>(264)</b>

## Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$4,04, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 10 de janeiro de 2020. Na controladora os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50% na variável de risco, e no consolidado os cenários II e III foram calculados com valorização de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2019, de R\$4,0307.

	Controladora				Consolidado			
	2019				2019			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(9.254)	(9.276)	(11.595)	(13.914)	(9.254)	(9.276)	(6.957)	(4.638)
Fornecedor mercado externo	(867)	(869)	(1.086)	(1.304)	(2.519)	(2.525)	(1.894)	(1.263)
Contas a receber em moeda estrangeira	4.047	4.056	5.070	6.084	10.689	10.714	8.036	5.357
Depósitos em dólar	1.233	1.236	1.545	1.854	2.773	2.780	2.085	1.390
Exposição ativa (passiva) líquida	<b>(4.841)</b>	<b>(4.853)</b>	<b>(6.066)</b>	<b>(7.280)</b>	<b>1.689</b>	<b>1.693</b>	<b>1.270</b>	<b>846</b>
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	(12)	(1.225)	(2.439)	-	4	(419)	(843)

### (d) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2019, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas

para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 4,50%, a TLP em 5,09% e o CDI em 4,5%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	2019				2019			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível	Cenário remoto	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível	Cenário remoto
			25%	50%			25%	50%
<b>Empréstimos Indexador:</b>								
100% CDI + 6,67%	(15.000)	(1.623)	(2.029)	(2.435)	(15.000)	(1.623)	(2.029)	(2.435)
155% CDI	(25.106)	(1.712)	(2.140)	(2.568)	(25.106)	(1.712)	(2.140)	(2.568)
100% CDI + 6,42%	(11.076)	(1.198)	(1.498)	(1.797)	(11.076)	(1.198)	(1.498)	(1.797)
100% SELIC + 4,30% a 11,35%	(62.868)	(7.686)	(9.608)	(11.529)	(84.542)	(10.335)	(12.919)	(15.503)
100% CDI + 3,663% a 15,38%	(29.203)	(4.065)	(5.081)	(6.098)	(41.438)	(5.768)	(7.210)	(8.652)
140% CDI	(1.032)	(64)	(80)	(96)	(1.032)	(64)	(80)	(96)
	<b>(144.285)</b>	<b>(16.348)</b>	<b>(20.436)</b>	<b>(24.523)</b>	<b>(178.194)</b>	<b>(20.700)</b>	<b>(25.876)</b>	<b>(31.051)</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>								
<b>Indexador:</b>								
95% SELIC	-	-	-	-	199	8	10	12
94% a 100% CDI	1.603	66	83	99	1.737	72	91	108
	<b>1.603</b>	<b>66</b>	<b>83</b>	<b>99</b>	<b>1.936</b>	<b>80</b>	<b>101</b>	<b>120</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(142.682)</b>	<b>(16.282)</b>	<b>(20.353)</b>	<b>(24.424)</b>	<b>(176.258)</b>	<b>(20.620)</b>	<b>(25.775)</b>	<b>(30.931)</b>
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(4.071)	(8.142)	-	-	(5.155)	(10.311)

### (e) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de

terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	180.849	188.284	233.142	256.435
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(3.897)	(8.919)	(17.288)	(13.750)
Aplicações Financeiras (nota 7)	(1.603)	(1.520)	(3.235)	(3.094)
<b>A - Dívida líquida</b>	<b>175.349</b>	<b>177.845</b>	<b>212.619</b>	<b>239.591</b>
Total do patrimônio líquido	172.634	190.187	194.775	208.701
<b>B - Capital e dívida líquida</b>	<b>347.983</b>	<b>368.032</b>	<b>407.394</b>	<b>448.292</b>
<b>A/B - Quociente de alavancagem (%)</b>	<b>50,39</b>	<b>48,32</b>	<b>52,19</b>	<b>53,45</b>

#### (f) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos;
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(180.849)	(180.659)	(188.284)	(198.500)	(233.142)	(236.444)	(256.435)	(268.939)
Cessão de Recebíveis	(59.133)	(59.547)	(47.454)	(47.881)	(102.279)	(102.995)	(89.726)	(90.534)
	<b>(239.982)</b>	<b>(240.206)</b>	<b>(235.738)</b>	<b>(246.381)</b>	<b>(335.421)</b>	<b>(339.439)</b>	<b>(346.161)</b>	<b>(359.473)</b>

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

## 5. INSTRUMENTO FINANCEIRO POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes (nota 8)	85.941	89.256	140.875	157.157
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	3.897	8.919	17.288	13.750
Depósito judicial	388	1.579	620	2.747
Títulos e certificados	8.218	12.202	8.218	12.202
Dividendos a receber	238	-	-	-
Crédito partes relacionadas (nota 11)	183	145	-	-
Outras contas a receber	148	25	148	29
<b>Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	1.603	1.520	3.235	3.094
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	180.849	188.284	233.142	256.435
Cessão de recebíveis	59.133	47.454	102.279	89.726
Fornecedores	63.027	48.741	97.169	68.961
Mútuo em controlada (nota 11)	609	13.384	-	-
Dividendos propostos	-	-	41	-
Outras contas a pagar	3.843	3.319	9.790	6.049

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e contas correntes bancárias	699	3.088	3.086	4.331
Numerário em moeda estrangeira	1.188	85	2.678	116
Bancos contas vinculadas	2.010	5.746	11.524	9.303
	<b>3.897</b>	<b>8.919</b>	<b>17.288</b>	<b>13.750</b>

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Certif. de depósitos bancários - CDB	1.603	1.520	1.737	1.654
Fundo de investimento	-	-	1.498	1.440
	<b>1.603</b>	<b>1.520</b>	<b>3.235</b>	<b>3.094</b>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações vinculadas a empréstimos financeiros, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90% a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

Todavia, tais aplicações não atendem a todos os critérios para serem registrados como equivalentes de caixa.

## 8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cliente no país	94.835	98.081	155.839	175.503
Cliente no exterior	4.047	4.464	10.689	8.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.941)	(13.289)	(25.653)	(26.801)
	<b>85.941</b>	<b>89.256</b>	<b>140.875</b>	<b>157.157</b>
Parcela curto prazo	84.946	86.232	139.817	154.133
Parcela longo prazo	995	3.024	1.058	3.024
	<b>85.941</b>	<b>89.256</b>	<b>140.875</b>	<b>157.157</b>

A composição das contas a receber é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
A vencer	82.367	79.887	127.418	142.511
Vencidos				
Até 30 dias	1.575	4.636	3.546	7.919
Entre 31 e 60 dias	436	1.077	1.208	1.213
Entre 61 e 90 dias	254	46	318	309
Acima de 90 dias	14.250	16.899	34.038	32.006
	<b>98.882</b>	<b>102.545</b>	<b>166.528</b>	<b>183.958</b>

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(13.289)</b>	<b>(13.200)</b>	<b>(26.801)</b>	<b>(28.838)</b>
Adições (Nota 23)	(1.195)	(1.673)	(2.321)	(3.486)
Baixas líquidas de reversão	1.543	1.584	3.469	5.523
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(12.941)</b>	<b>(13.289)</b>	<b>(25.653)</b>	<b>(26.801)</b>

Durante o exercício de 2019 a Companhia realizou operações de cessão de recebíveis junto a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) multicedentes, no valor contábil de R\$59.133 (R\$47.454 em 2018) na controladora e R\$102.279 (R\$89.726 em 2018) no consolidado. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

## 9. ESTOQUES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Produtos acabados	27.133	18.247	36.067	22.803
Produtos em processo	18.380	21.274	35.598	45.093
Matérias-primas	9.206	16.306	20.140	23.252
Materiais auxiliares	10.222	6.800	13.054	12.402
Importações em andamento	2.310	1.348	2.567	1.600
Estoque consignado	553	-	1.497	-
Provisão para perdas em estoque	(1.694)	(1.493)	(1.932)	(2.078)
	<b>66.110</b>	<b>62.482</b>	<b>106.991</b>	<b>103.072</b>

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldos no início do exercício	(1.493)	(1.264)	(2.078)	(1.610)
Adições	(307)	(6.027)	(331)	(7.941)
Reversão / baixas	106	5.798	477	7.473
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>(1.694)</b>	<b>(1.493)</b>	<b>(1.932)</b>	<b>(2.078)</b>

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>				
ICMS - operações mercantis (i)	1.318	1.947	2.084	3.734
ICMS - aquisição de imobilizado	485	451	535	483
Impostos sobre vendas em trânsito	168	199	695	620
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) - notas 24 e 25	10.244	16.294	21.369	16.294
PIS e COFINS - Créditos a recuperar	1.684	587	2.211	1.815
Impostos a recuperar – REFIS IV	249	249	249	249
Outros	395	109	1.043	667
	<b>14.543</b>	<b>19.836</b>	<b>28.186</b>	<b>23.862</b>
<b>Não circulante</b>				
PIS e COFINS – Créditos a recuperar	417	-	468	-
ICMS - aquisição de imobilizado	761	1.122	846	1.181
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) - notas 24 e 25	39.744	55.786	82.362	55.786
Outros	133	133	332	322
	<b>41.055</b>	<b>57.041</b>	<b>84.008</b>	<b>57.289</b>

(i) O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

(ii) Transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 23 de abril de 2019 transitou



em julgado as ações das controladas, Cedronorte e Santo Antônio. Os créditos fiscais tiveram o diferimento dos pedidos de habilitação através de Despachos Decisórios emitidos pelas Delegacias da Receita Federal, para compensação com débitos de origem fazendárias. O valor histórico do crédito apurado pela Companhia em 2018 foi de R\$39.470, nas controladas em 2019 foi de R\$40.354, lançados em outras receitas operacionais (nota 24), a atualização monetária lançada em receitas financeiras (nota 25) foi registrada em 2018 de R\$32.610, em 2019 R\$36.503.

## 11. PARTES RELACIONADAS – CONTROLADORA

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições acumuladas no ano de 2019 totalizaram o valor de R\$ 106 (controladora) e R\$ 252 (consolidado), no ano de 2018 as despesas foram R\$ 87 (controladora) e R\$ 208 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	<b>Santo Antônio</b>		<b>Mineração Cedrense</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldos</b>				
Contas a receber	14.646	12.065	145	145
Fornecedores	(12.492)	(7.562)	-	-
Mútuo ativo (passivo)	(609)	(13.384)	-	-
Dividendo a receber	238	-	-	-
<b>Transações</b>				
Compras	(15.000)	(34.406)	-	-
Vendas	55.362	70.348	-	-
Receitas financeiras	24	-	-	-
Despesas financeiras	(1.190)	(2.341)	-	-

## 12. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração do conselho e diretoria	1.803	1.675	3.646	3.388

## 13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m<sup>2</sup> localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$2.925 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.701 em 2018). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

## 14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2027.

Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda – sociedade iniciada em 30/11/2018 com o capital social integralizado de R\$10.000,00 dividido em 100 quotas no valor nominal de R\$100,00, sendo 99 quotas da Cedro Cachoeira.

AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda – sociedade iniciada em 17/12/2018 com capital social integralizado de R\$50.000,00 dividido em 50 quotas no valor nominal R\$1.000,00, sendo 49 quotas da Cedro e Cachoeira.

As principais informações sobre as participações em empresa controlada em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são sumarizadas como segue:

## Informações das controladas

	<b>Santo Antônio</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Milhares de ações possuídas pela Companhia</b>		
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440
<b>Participação da Companhia</b>		
No capital social integralizado	85,435%	85,435%
No capital votante	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	152.018	127.110
Lucros não realizados em operações ascendentes ( <i>Upstream</i> ) <sup>(3)</sup>	(136)	(58)
<b>Patrimônio Líquido ajustado</b>	<b>151.882</b>	<b>127.052</b>
Lucros não realizados em operações descendentes ( <i>Downstream</i> ) <sup>(3)</sup>	(490)	(264)
<b>Saldo do investimento</b>	<b>129.271</b>	<b>108.283</b>
Lucro líquido do período/exercício <sup>(2)(1)</sup>	25.187	(19.686)
Lucros não realizados - venda para a controladora	(78)	276
<b>(Prejuízo) Lucro líquido ajustado <sup>(3)</sup></b>	<b>25.109</b>	<b>(19.410)</b>
<b>Equivalência total</b>	<b>21.452</b>	<b>(16.583)</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao período de 12 meses.

<sup>(2)</sup> Corresponde ao período de 12 meses.

<sup>(3)</sup> Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

## Movimentação do investimento

	<b>Santo Antônio</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>125.076</b>
Resultados não realizados em operações descendentes ( <i>Downstream</i> )	(210)
Equivalência patrimonial	(16.583)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>108.283</b>
Resultados não realizados em operações descendentes ( <i>Downstream</i> )	(226)
Dividendos mínimos obrigatórios	(238)
Equivalência patrimonial	21.452
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>129.271</b>

## Composição dos investimentos

	2019	2018
Equivalência patrimonial	129.271	108.283
Ágio	834	834
Outros investimentos	56	9
<b>Saldos</b>	<b>130.161</b>	<b>109.126</b>

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de acionistas não controladores, encerradas em 31 dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim apresentados:

Balanço Patrimonial	2019	2018	Demonstração de Resultado	2019	2018
Participação da Controladora	85,435%	85,435%	Receita Líquida de Vendas	339.627	344.073
Ativo Circulante	161.466	150.359	Lucro Bruto	26.120	16.586
Ativo Não Circulante	193.833	161.213	Receitas (Despesas) Operacionais	(9.370)	(26.809)
Passivo Circulante	136.420	122.720	Resultado Financeiro	16.100	(10.495)
Passivo Não Circulante	66.861	61.742	IRPJ/CSLL	(7.663)	1.032
Patrimônio Líquido	152.018	127.110	Lucro (Prejuízo) líquido	25.187	(19.686)

## 15. IMOBILIZADO

	Controladora							
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Estoque de peças	Terrenos	Obras em andamento	Provisão impairment	Total
Custo ou avaliação								
Em 31 de dezembro de 2017	104.906	230.171	19.490	-	48.869	3.559	(14.686)	392.309
Adições	-	-	1	-	-	9.997	-	9.998
Alienações e baixas	(15.746)	(512)	(127)	-	(6.975)	-	-	(23.360)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	4.497	-	-	-	2.624	-	-	7.121
Transf. Bens destinados a venda	(13.493)	-	(1)	-	(6.417)	-	-	(19.911)
Transferências	2.063	3.808	410	-	1.354	(7.635)	-	-
Perdas (reversão) por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	-	14.686	14.686
Em 31 de dezembro de 2018	82.227	233.467	19.773	-	39.455	5.921	-	380.843
Adições	-	-	-	1.420	-	3.914	-	5.334
Alienações e baixas	(23)	(1.831)	(80)	-	-	-	-	(1.934)
Transferências	49	7.283	50	-	-	(7.382)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	82.253	238.919	19.743	1.420	39.455	2.453	-	384.243
Depreciação acumulada								
Em 31 de dezembro de 2017	(41.869)	(155.786)	(14.237)	-	-	-	-	(211.892)
Depreciação	(2.795)	(5.770)	(2.155)	-	-	-	-	(10.720)
Realização ajuste de avaliação patrimonial	83	-	-	-	-	-	-	83
Reversão da realização ajuste de avaliação patrimonial	(175)	-	-	-	-	-	-	(175)
Transf. Bens destinados a venda	4.626	-	1	-	-	-	-	4.627
Alienações e baixas	795	437	121	-	-	-	-	1.353
Em 31 de dezembro de 2018	(39.335)	(161.119)	(16.270)	-	-	-	-	(216.724)
Depreciação	(2.567)	(5.559)	(1.509)	-	-	-	-	(9.635)
Alienações e baixas	12	1.663	76	-	-	-	-	1.751
Em 31 de dezembro de 2019	(41.890)	(165.015)	(17.703)	-	-	-	-	(224.608)
Valor residual líquido								
Em 31 de dezembro de 2019	40.363	73.904	2.040	1.420	39.455	2.453	-	159.635
Em 31 de dezembro de 2018	42.892	72.348	3.503	-	39.455	5.921	-	164.119

	Consolidado							
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Estoque de peças	Terrenos	Obras em andamento	Provisao impairment	Total
<b>Custo ou avaliação</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>170.082</b>	<b>410.339</b>	<b>22.754</b>	<b>-</b>	<b>60.529</b>	<b>4.490</b>	<b>(18.176)</b>	<b>650.018</b>
Adições	-	-	1	-	-	15.408	-	15.409
Alienações e baixas	(15.747)	(1.029)	(129)	-	(6.975)	330	-	(23.550)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	4.497	-	-	-	2.624	-	-	7.121
Perda por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	-	18.176	18.176
Bens destinados a venda	(13.493)	-	(1)	-	(6.417)	-	-	(19.911)
Transferências	2.079	5.412	435	-	1.355	(9.281)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>147.418</b>	<b>414.722</b>	<b>23.060</b>	<b>-</b>	<b>51.116</b>	<b>10.947</b>	<b>-</b>	<b>647.263</b>
Adições	-	-	-	2.347	-	10.732	-	13.079
Alienações e baixas	(23)	(4.076)	(80)	-	-	1.055	-	(3.124)
Transferências	57	9.486	149	-	-	(9.692)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>147.452</b>	<b>420.132</b>	<b>23.129</b>	<b>2.347</b>	<b>51.116</b>	<b>13.042</b>	<b>-</b>	<b>657.218</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(60.928)</b>	<b>(248.510)</b>	<b>(16.622)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(326.060)</b>
Depreciação	(4.006)	(10.261)	(2.531)	-	-	-	-	(16.798)
Realização ajuste avaliação patrimonial	83	-	-	-	-	-	-	83
Reversão da realização ajuste avaliação patrimonial	(175)	-	-	-	-	-	-	(175)
Bens destinados a venda	4.626	-	1	-	-	-	-	4.627
Alienações e baixas	795	806	122	-	-	-	-	1.723
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(59.605)</b>	<b>(257.965)</b>	<b>(19.030)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(336.600)</b>
Depreciação	(3.778)	(10.173)	(1.601)	-	-	-	-	(15.552)
Alienações e baixas	12	3.291	76	-	-	-	-	3.379
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(63.371)</b>	<b>(264.847)</b>	<b>(20.555)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(348.773)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2019	84.081	155.285	2.574	2.347	51.116	13.042	-	308.445
Em 31 de dezembro de 2018	87.813	156.757	4.030	-	51.116	10.947	-	310.663

## Custos de empréstimo capitalizados

Em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$91 (R\$139 em 2018), na controladora e R\$593 (R\$219 em 2018) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,47% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

## Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	
	2019	2018
Edificações e benfeitorias	4,40	4,07
Máquinas, equipamentos e instalações	6,52	6,44
Veículos, móveis e utensílios	48,49	49,82

## Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia deverá reconhecer uma redução no saldo destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Em 31 de dezembro de 2019 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita em 2020 foram projetadas para os anos de 2021 a 2024, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos; ii) aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2014.

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
  - Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros;
  - Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.
-



## 16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

### (a) Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora					Total
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	
<b>Custo</b>						
Em 01 de janeiro de 2019	2.681	749	369	488	-	4.287
Adições	4.647	396	678	296	1.265	7.282
Baixas	-	(143)	(369)	(44)	-	(556)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.328</u>	<u>1.002</u>	<u>678</u>	<u>740</u>	<u>1.265</u>	<u>11.013</u>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.874)	(552)	(486)	(277)	(205)	(3.394)
Baixas	-	143	369	44	-	556
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.874)</u>	<u>(409)</u>	<u>(117)</u>	<u>(233)</u>	<u>(205)</u>	<u>(2.838)</u>
<b>Valor residual líquido</b>						
Em 31 de dezembro de 2019	<u>5.454</u>	<u>593</u>	<u>561</u>	<u>507</u>	<u>1.060</u>	<u>8.175</u>
Em 01 de janeiro de 2019	<u>2.681</u>	<u>749</u>	<u>369</u>	<u>488</u>	<u>-</u>	<u>4.287</u>

  

	Consolidado					Total
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	
<b>Custo</b>						
Em 01 de janeiro de 2019	2.681	1.179	408	505	-	4.773
Adições	4.647	1.364	937	412	1.265	8.625
Baixas	-	(480)	(409)	(61)	-	(950)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.328</u>	<u>2.063</u>	<u>936</u>	<u>856</u>	<u>1.265</u>	<u>12.448</u>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.874)	(1.101)	(683)	(350)	(205)	(4.213)
Baixas	-	480	409	61	-	950
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.874)</u>	<u>(621)</u>	<u>(274)</u>	<u>(289)</u>	<u>(205)</u>	<u>(3.263)</u>
<b>Valor residual líquido</b>						
Em 31 de dezembro de 2019	<u>5.454</u>	<u>1.442</u>	<u>662</u>	<u>567</u>	<u>1.060</u>	<u>9.185</u>
Em 01 de janeiro de 2019	<u>2.681</u>	<u>1.179</u>	<u>408</u>	<u>505</u>	<u>-</u>	<u>4.773</u>

**(b) Passivos de arrendamento reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos e evidenciação da taxa de desconto**

Tipo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	Taxa média incremental	Saldo em 31/12/2019	Taxa média incremental	Saldo em 31/12/2019
Locação de imóveis	8,90%	5.453	8,90%	5.453
Locação de máquinas e equipamentos	8,36%	593	8,49%	1.375
Locação de veículos	8,22%	561	8,29%	645
Locação de equipamentos de informática	9,03%	508	9,12%	652
Locação de direito de uso de licença	8,73%	1.060	8,73%	1.060
		<b>8.175</b>		<b>9.185</b>
Parcela curto prazo		4.051		4.656
Parcela longo prazo		5.237		5.825
		<b>9.288</b>		<b>10.481</b>

## 17. INTANGÍVEL

Custo	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida			Vida útil indefinida	Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total	Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.333</b>	<b>11.184</b>	<b>12.517</b>	<b>1.592</b>	<b>2.142</b>	<b>15.194</b>	<b>18.928</b>
Adições	-	1.694	1.694	-	-	1.694	1.694
Alienações e baixas	-	(444)	(444)	-	-	(465)	(465)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.333</b>	<b>12.434</b>	<b>13.767</b>	<b>1.592</b>	<b>2.142</b>	<b>16.423</b>	<b>20.157</b>
Adições	-	211	211	-	-	392	392
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.333</b>	<b>12.645</b>	<b>13.978</b>	<b>1.592</b>	<b>2.142</b>	<b>16.815</b>	<b>20.549</b>
<b>Amortização acumulada</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(1.330)</b>	<b>(10.541)</b>	<b>(11.871)</b>	<b>(758)</b>	<b>(2.139)</b>	<b>(14.551)</b>	<b>(17.448)</b>
Amortização	(1)	(580)	(581)	-	(1)	(580)	(581)
Alienações e baixas	-	444	444	-	-	465	465
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(1.331)</b>	<b>(10.677)</b>	<b>(12.008)</b>	<b>(758)</b>	<b>(2.140)</b>	<b>(14.666)</b>	<b>(17.564)</b>
Amortização	(2)	(571)	(573)	-	(2)	(576)	(578)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(1.333)</b>	<b>(11.248)</b>	<b>(12.581)</b>	<b>(758)</b>	<b>(2.142)</b>	<b>(15.242)</b>	<b>(18.142)</b>
<b>Valor residual líquido</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>1.397</b>	<b>1.397</b>	<b>834</b>	<b>-</b>	<b>1.573</b>	<b>2.407</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2</b>	<b>1.757</b>	<b>1.759</b>	<b>834</b>	<b>2</b>	<b>1.757</b>	<b>2.593</b>

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

## 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				2019		2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo – TJLP	R\$	2019	TJLP + 7,00%	-	-	5	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI <sup>(1)</sup>	R\$	2023	2,50% a 5,50%	781	733	1.956	1.510
Mútuo – Acionistas	R\$	2020	140,00% CDI	1.032	-	1	950
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%	2.482	8.594	12.039	5.417
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 3,66% a 15,38%	16.931	12.272	13.083	12.680
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	5.248	19.858	15.088	25.000
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	3.723	59.145	4.943	54.614
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	14,30% a 26,61%	21.417	3.648	21.250	-
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	18,16%	731	-	-	-
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2020	4,54% a 5,65%	9.254	-	5.940	-
Conta Garantida	R\$	2020	100,00% CDI + 6,42%	15.000	-	13.808	-
				<b>76.599</b>	<b>104.250</b>	<b>88.113</b>	<b>100.171</b>

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2019		2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	-	-	140	-
Cédula de Crédito Industrial – FNE <sup>(2)</sup>	R\$	2026	8,50%	2.631	14.722	2.239	17.320
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI <sup>(1)</sup>	R\$	2023	2,50% a 5,50%	1.115	1.430	3.561	2.538
Mútuo - Acionistas	R\$	2020	140,00% CDI	1.032	-	1	950
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%	2.482	8.594	12.039	5.417
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 3,66% a 15,38%	22.482	18.956	19.228	23.417
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	5.248	19.858	15.088	25.000
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	4.453	80.089	7.286	74.961
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	14,30% a 26,61%	21.417	3.648	25.530	-
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	18,16%	731	-	-	-
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2020	4,54% a 5,65%	9.254	-	7.912	-
Conta Garantida	R\$	2020	100,00% CDI + 6,42%	15.000	-	13.808	-
				<b>85.845</b>	<b>147.297</b>	<b>106.832</b>	<b>149.603</b>

(<sup>1</sup>) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

(<sup>2</sup>) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	49.792	-	67.280
2021	34.279	26.203	46.019	38.202
2022	40.074	18.873	54.306	29.896
2023	31.371	15.041	45.358	26.415
2024 a 2026	19.626	12.263	30.634	20.407
	<b>125.350</b>	<b>122.172</b>	<b>176.317</b>	<b>182.200</b>

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$40.304 (R\$35.191 em 2018). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$171.904 (R\$178.553 em 2018).

## **Covenants**

Dois contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro e um da controlada Santo Antônio possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

Em 2019 a Companhia atendeu a todos os *covenants* contratuais aos quais está sujeita, tanto os *covenants* contábeis (financeiros), quanto os *covenants* não contábeis (não financeiros) foram satisfeitos. Diante do cumprimento das obrigações assumidas, não houve exigência de pagamento antecipado ou qualquer alteração nos termos inicialmente pactuados nos empréstimos e financiamentos contratados.

## **19. PROVISÃO PARA RISCOS**

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

---

	Controladora				Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>92</b>	<b>288</b>	<b>(134)</b>	<b>246</b>	<b>809</b>	<b>832</b>	<b>(409)</b>	<b>1.232</b>
Adições	-	32	(122)	(90)	23	394	(318)	99
Baixas	-	(69)	90	21	-	(331)	230	(101)
Atualizações	7	-	(9)	(2)	7	-	(18)	(11)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>99</b>	<b>251</b>	<b>(175)</b>	<b>175</b>	<b>839</b>	<b>895</b>	<b>(515)</b>	<b>1.219</b>
Adições	3	438	-	441	27	1.161	11	1.199
Baixas	(102)	(250)	29	(323)	(102)	(747)	130	(719)
Atualizações	-	-	(5)	(5)	-	-	(8)	(8)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>439</b>	<b>(151)</b>	<b>288</b>	<b>764</b>	<b>1.309</b>	<b>(382)</b>	<b>1.691</b>

## Tributárias

### PIS e Cofins

Com o trânsito em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Administração decidiu baixar a contingência e providenciar o levantamento dos depósitos judiciais.

### Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 7.582 na controladora (R\$ 18.176 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 83 na controladora (R\$ 544 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$ 6.668 na controladora (R\$ 16.630 no consolidado). As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 831 na controladora (R\$ 1.002 no consolidado).

## **Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

## **20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**

### **(a) Capital social**

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

### **(b) Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros Acumulados.

---



## 21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E RECEITA

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

## 22. RECEITA LÍQUIDA

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receita bruta</b>				
Vendas mercado interno	451.572	442.550	760.417	742.169
Vendas mercado externo	14.928	13.061	32.545	26.127
	<b>466.500</b>	<b>455.611</b>	<b>792.962</b>	<b>768.296</b>
<b>Deduções de vendas</b>				
ICMS, PIS e COFINS	(63.033)	(69.964)	(107.704)	(109.994)
Devoluções e abatimentos	(3.626)	(3.723)	(7.924)	(8.609)
	<b>(66.659)</b>	<b>(73.687)</b>	<b>(115.628)</b>	<b>(118.603)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>399.841</b>	<b>381.924</b>	<b>677.334</b>	<b>649.693</b>

## 23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários, incluindo custo de rescisões	(50.112)	(47.404)	(87.349)	(83.269)
Benefícios	(17.448)	(16.891)	(31.130)	(30.487)
Custos previdenciários e FGTS	(17.854)	(16.865)	(31.298)	(30.099)
Matéria-prima e materiais de consumo	(202.345)	(183.462)	(356.381)	(333.927)
Energia elétrica	(28.125)	(23.766)	(47.031)	(41.182)
Combustíveis	(21.492)	(17.226)	(27.784)	(23.682)
Manutenções/ serviços de terceiros	(11.789)	(14.797)	(23.471)	(22.670)
Depreciações e amortizações (Notas 15,16 e 17)	(13.602)	(11.301)	(20.343)	(17.379)
Comissões	(7.349)	(7.098)	(14.270)	(13.776)
Fretes	(9.940)	(10.359)	(19.422)	(20.650)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(1.195)	(1.673)	(2.321)	(3.486)
Outras despesas	(16.505)	(15.722)	(24.298)	(24.595)
	<b>(397.756)</b>	<b>(366.564)</b>	<b>(685.098)</b>	<b>(645.202)</b>
<b>Classificadas como:</b>				
Custo dos produtos vendidos	(349.740)	(322.639)	(601.200)	(571.703)
Despesas comerciais	(24.398)	(23.796)	(44.837)	(44.287)
Despesas gerais e administrativas	(16.727)	(18.549)	(27.560)	(25.816)
Custo da ociosidade (Nota 24)	(6.891)	(1.580)	(11.501)	(3.396)
	<b>(397.756)</b>	<b>(366.564)</b>	<b>(685.098)</b>	<b>(645.202)</b>

## 24. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Outras Receitas</b>				
Venda de energia elétrica	99	666	133	1.097
Receita na venda de imobilizado	70	20.525	33	20.492
Reversão de perdas	2.877	10.786	3.751	11.059
Reversão <i>Impairment</i>	-	14.686	-	18.176
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	2.434	39.470	40.354	39.470
Outras receitas	295	416	346	894
	<b>5.775</b>	<b>86.549</b>	<b>44.617</b>	<b>91.188</b>
<b>Outras Despesas</b>				
Provisão para perdas	(764)	(615)	(1.545)	(1.256)
Custo da ociosidade	(6.891)	(1.580)	(11.501)	(3.396)
Despesas tributárias	(2.155)	(3.597)	(4.441)	(4.491)
Custos na venda de imobilizado	(183)	(22.007)	255	(21.827)
Custo na venda de energia	(68)	(346)	(99)	(760)
Indenizações cíveis	(2.757)	-	(9.573)	-
Outras despesas	(1.085)	(639)	(2.097)	(847)
	<b>(13.903)</b>	<b>(28.784)</b>	<b>(29.001)</b>	<b>(32.577)</b>
	<b>(8.128)</b>	<b>57.765</b>	<b>15.616</b>	<b>58.611</b>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>				
Descontos ativos	508	374	572	410
Receita de aplicações financeiras	93	104	182	197
Juros recebidos de clientes	1.407	1.978	1.888	2.874
Receitas financeiras de controladas	24	-	-	-
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	651	7	658	24
Atualização do crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	4.999	32.610	36.503	32.610
Outras receitas financeiras	22	561	93	595
	<b>7.704</b>	<b>35.634</b>	<b>39.896</b>	<b>36.710</b>
 Variações cambiais ativas	 4.402	 5.551	 8.018	 9.068
	<b>12.106</b>	<b>41.185</b>	<b>47.914</b>	<b>45.778</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas financeiras - controladas	(1.190)	(2.341)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(1.585)	(1.162)	(1.560)	(1.386)
Juros e encargos sobre financiamentos	(31.933)	(25.151)	(42.687)	(33.792)
Cessão de recebíveis	(7.133)	(5.748)	(12.548)	(10.978)
Descontos concedidos	(30)	(19)	(102)	(30)
Outras despesas financeiras	(1.816)	(2.165)	(2.536)	(2.750)
	<b>(43.687)</b>	<b>(36.586)</b>	<b>(59.433)</b>	<b>(48.936)</b>
 Variações cambiais passivas	 (4.735)	 (5.559)	 (8.697)	 (8.297)
	<b>(48.422)</b>	<b>(42.145)</b>	<b>(68.130)</b>	<b>(57.233)</b>
	<b>(36.316)</b>	<b>(960)</b>	<b>(20.216)</b>	<b>(11.455)</b>

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- (a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) / lucro antes do imposto, contribuição social e participações	(15.819)	55.487	(15.819)	55.487
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>3.955</b>	<b>(13.872)</b>	<b>1.424</b>	<b>(4.994)</b>
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(9.682)	(4.146)	(3.486)	(1.492)
Perda por valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	-	3.672	-	1.322
Outros	(74)	(192)	(26)	(83)
<b>IR e CSLL ajustados</b>	<b>(5.801)</b>	<b>(14.538)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(5.247)</b>
Incentivo da SUDENE	-	1.550	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	168	-	-
	<b>(5.801)</b>	<b>(12.820)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(5.247)</b>
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	4.772	8.202	1.383	2.987
<b>IR e CSLL efetivos</b>	<b>(1.029)</b>	<b>(4.618)</b>	<b>(705)</b>	<b>(2.260)</b>
Parcela corrente	(772)	(5.360)	(613)	(2.540)
Parcela diferida	(257)	742	(92)	280

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	(4.509)	51.655	(4.509)	51.655
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<b>1.127</b>	<b>(12.914)</b>	<b>406</b>	<b>(4.649)</b>
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada na controlada	(725)	(886)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	-	4.143	-	1.636
Outros	(136)	(196)	(55)	(96)
<b>IR e CSLL ajustados</b>	<b>266</b>	<b>(9.853)</b>	<b>351</b>	<b>(3.109)</b>
Incentivo da SUDENE	3.615	1.550	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	202	168	-	-
	<b>4.083</b>	<b>(8.135)</b>	<b>351</b>	<b>(3.109)</b>
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(9.714)	4.178	(4.097)	1.153
<b>IR e CSLL efetivos</b>	<b>(5.631)</b>	<b>(3.957)</b>	<b>(3.746)</b>	<b>(1.956)</b>
Parcela corrente	(5.360)	(5.423)	(3.645)	(2.572)
Parcela diferida	(271)	1.466	(101)	616

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	82.017	94.044	73.282	85.352	122.904	102.973	114.429	94.553
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	49.287	(12.027)	49.265	(12.070)	62.396	19.931	62.364	19.876
Diferenças intertemporais	7.659	10.058	7.108	9.486	13.961	16.795	12.819	15.621
<b>Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos</b>	<b>138.963</b>	<b>92.075</b>	<b>129.655</b>	<b>82.768</b>	<b>199.261</b>	<b>139.699</b>	<b>189.612</b>	<b>130.050</b>
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	13,5% a 25%	13,5% a 25%	9%	9%
<b>Crédito tributário</b>	<b>34.741</b>	<b>23.019</b>	<b>11.669</b>	<b>7.449</b>	<b>42.881</b>	<b>29.448</b>	<b>17.065</b>	<b>11.705</b>
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(26.321)	(13.852)	(8.479)	(3.991)	(31.645)	(17.389)	(12.178)	(6.496)
<b>Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>8.420</b>	<b>9.167</b>	<b>3.190</b>	<b>3.458</b>	<b>11.236</b>	<b>12.059</b>	<b>4.887</b>	<b>5.209</b>
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(21.684)	(22.174)	(8.505)	(8.681)	(28.234)	(28.788)	(12.451)	(12.670)
<b>Impostos diferidos passivos</b>	<b>(13.264)</b>	<b>(13.007)</b>	<b>(5.315)</b>	<b>(5.223)</b>	<b>(16.998)</b>	<b>(16.729)</b>	<b>(7.564)</b>	<b>(7.461)</b>

(j) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2019 e 2018;

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	353	-	353
2020	563	569	563	569
2021	2.106	947	2.106	1.571
2022 a 2024	8.941	10.756	13.454	14.775
	<b>11.610</b>	<b>12.625</b>	<b>16.123</b>	<b>17.268</b>

(c) A movimentação dos tributos diferidos passivos é conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	96.457	99.942	96.457	99.942	140.773	145.520	140.773	145.520
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(1.909)	(2.331)	(1.909)	(2.331)	(1.835)	(2.193)	(1.835)	(2.193)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(53)	(1.154)	(53)	(1.154)	(596)	(2.554)	(596)	(2.554)
Base	<b>94.495</b>	<b>96.457</b>	<b>94.495</b>	<b>96.457</b>	<b>138.342</b>	<b>140.773</b>	<b>138.342</b>	<b>140.773</b>
Alíquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
<b>Saldo impostos passivos diferidos</b>	<b>21.684</b>	<b>22.174</b>	<b>8.505</b>	<b>8.681</b>	<b>28.234</b>	<b>28.788</b>	<b>12.451</b>	<b>12.670</b>

## **Subvenções governamentais**

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Caetano Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 198/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 5 da DRFB-MC de 27/03/2019;
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Victor Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 353/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 6 da DRFB-MC de 27/03/2019.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

---

## 27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios de 2019 e 2018 (em milhares, exceto valores por ação):

	2019			2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador</b>						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.017)	(7.536)	(17.553)	27.741	20.868	48.609
<b>Denominador</b>						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
<b>Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação</b>	<b>(1,76)</b>	<b>(1,76)</b>	<b>(1,76)</b>	<b>4,86</b>	<b>4,86</b>	<b>4,86</b>

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

## 28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, totaliza na controladora R\$35.229 (consolidado R\$60.000) e em 2018 na controladora R\$34.448 (consolidado R\$60.000). Com relação ao seguro de veículos em caso de sinistro a Companhia receberá de forma integral os valores conforme determinados pela tabela FIPE, totalizando na controladora R\$6.963 (consolidado R\$ 7.779).

## 29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Capitalização de juros de empréstimos	91	139	593	220



### **30. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus e o impacto em suas operações, não foram identificados neste momento, efeitos relevantes que podem impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou estimativas relacionados aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Fabiano Soares Nogueira – Presidente  
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas - Vice-Presidente  
Silvio Diniz Ferreira Júnior  
André Maurício Miranda  
Victor Mascarenhas de Freitas Borges  
Ricardo Cançado Dias  
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas  
Renato Mascarenhas Alves  
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz  
Adauto Alves Ribas  
Clarissa Cançado de Lara Resende

### **DIRETORIA**

Marco Antônio Branquinho Junior - Diretor Presidente  
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores  
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial

### **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4  
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1

---